

A universidade e a contra-revolução clara e rígida: uma análise sobre as transformações do meio acadêmico na década de 1960 à luz de Florestan Fernandes

Ludmila Gama Pereira *

Resumo: A principal finalidade deste trabalho é trazer uma reflexão acerca da relação entre universidade e sociedade em um recorte histórico específico, a partir, principalmente, das análises do sociólogo Florestan Fernandes. A análise privilegiará as reflexões do sociólogo sobre o regime militar instaurado no Brasil em 1964 e também seus escritos sobre universidade e intelectuais no mesmo período.

Palavras-chave: Florestan Fernandes, Universidade, Regime Militar.

Abstract: The main purpose of this work is to bring a reflection concerning the relation between university and society in a specific historical space of time, based on the analyses of sociologist Florestan Fernandes. The analysis will also privilege the reflections of the sociologist on the 1964's brazilian military regime and his writings on university and intellectuals in the same period.

Key-words: Florestan Fernandes, University, Military Regime

A principal finalidade deste trabalho é trazer uma reflexão acerca da relação entre universidade e sociedade em um recorte histórico específico a partir, principalmente, das análises do sociólogo Florestan Fernandes. Portanto, esta reflexão privilegiará as análises do sociólogo sobre o regime militar instaurado no Brasil em 1964 e também as reflexões sobre universidade e intelectuais no mesmo período.

A escolha de tal recorte além de repensar o papel dos intelectuais em sua relação com a sociedade no contexto histórico do regime militar, demonstra também a necessidade de entender que tais disputas políticas dentro da universidade, fazem parte de uma totalidade que é vivida pelos sujeitos não só em seu aspecto intelectual ou em disputas científicas, mas que se envolvem de forma mais ou menos evidentes com as questões da realidade social e histórica.

Por isso, ao analisar a instauração de uma autocracia clara e rígida no Brasil, demonstra-se o papel do Estado na forma de dominação burguesa no país, sem escamoteamento da dominação de classe, com projetos de sociedade ditados por uma classe específica a subjugo de toda a sociedade. Para tal finalidade coube a burguesia, propagar, consolidar e evidentemente tornar a sua forma de organização específica, a única forma de

* Mestranda em História na Universidade Federal Fluminense (UFF).

organização social possível. A partir de tal movimento, o projeto de organização burguesa clarifica o processo de contra-revolução permanente e prolongada da burguesia no país.

Dentro da universidade, com o projeto MEC-USAID, relatório Atcon, e Meira Mattos, percebe-se o caminho da transfiguração do projeto de reforma universitária discutida no começo dos anos de 1960 e sua objetivação no regime militar. Para tais reflexões, torna-se necessário entender a universidade não somente como um espaço de embates epistemológicos ou questões que se referem à construção do conhecimento, mas também como um lugar de formulação e propagação de projetos de sociedade e imerso em embates sociais de determinado contexto histórico.

A autocracia burguesa no Brasil

Pensar o golpe militar de 1964 como uma ação pontual da burguesia no Brasil seria um tanto quanto equivoco no pensamento de Florestan Fernandes. Em uma análise sociológica da formação da burguesia no país, Florestan Fernandes escreve seu livro “Revolução Burguesa no Brasil” em 1966, justamente em meio ao regime militar. Para refletir sobre o seu próprio contexto histórico, Florestan atravessa as questões originárias de formação da burguesia nacional para começar a sua reflexão sobre a chamada “autocracia burguesa”. Todo este processo de investigação responderia aos problemas de seu próprio tempo histórico, pensando não somente a partir da imediatez dos acontecimentos ou em aquilo que aparece como síntese da realidade social, mas, Florestan investiga a partir de uma perspectiva de longa duração, desmontando as múltiplas variáveis que tornaram possível a ditadura militar no Brasil, considerando o país na sua condição de dependência e sua associação com o capital internacional.

O que se tem são interesses e orientações comuns da burguesia periférica e central, ambas com o desígnio do fortalecimento da ordem capitalista e com o papel de assegurar a dominação burguesa no controle do Estado e da classe dominada. Com isto posto, a burguesia nacional-dependente tem um papel fundamental na afirmação e implantação de um padrão imperializado de dominação por parte dos países hegemônicos, que necessitam de uma burguesia articulada nacionalmente para representar seus interesses internacionais, assim como garantir a manutenção da ordem e da dominação nos países periféricos.

Podemos concluir, portanto, que além de lutar por interesses particulares como classe, a burguesia nos países dependentes luta pela manutenção de sua dominação e preservação do capitalismo. Por tais condições históricas, a burguesia se divorcia de qualquer utopia burguesa

de liberalismo radical ou reformismo independente e nacionalista. A luta por sua própria dominação faz com que a burguesia institucionalize formas preventivas de autodefesa e autoprivilegiamento frente à classe dominada, vestindo-se, assim, com formas autocráticas e preventivas de dominação.

“A auto-defesa da burguesia deixa de ser agressiva ou ultra-agressiva; mas ela mantém-se como uma constante e serve de pião na estratégia política das classes “amantes da ordem”. Dentro do capitalismo, a ordem não é só reprodução – ela é também crescimento e transformação seletiva. As classes possuidoras e seus estratos dominantes, por suas elites, inundam a sociedade civil e a sociedade política com seu estuante “amor” pela propriedade, pela ordem, pelo desenvolvimento capitalista” (FERNANDES,1980:09)

O que Florestan esboçava em 1966 com a “Revolução Burguesa no Brasil” se consolida em 1980 com a publicação do livro “Brasil em compasso de espera”. Ao entender os diferentes processos – antes e depois do regime militar – como contra-revolucionários, o sociólogo trabalha com o conceito desdobrado em momentos de fluxo e refluxo, que Florestan descreve já no momento de pretensa abertura democrática dos anos de 1980, como um período de refluxo da contra-revolução.

Este conceito se relaciona bastante ao que ele já aponta em seu livro “Revolução Burguesa no Brasil”, na diferenciação do papel intrínseco e contra-revolucionário da forma de revolução nacional feita no Brasil e uma contra-revolução clara e rígida na época do regime militar.

A Universidade disciplinada

Ao longo da história do país, podemos perceber diversas orientações internacionais na forma de estruturação educacional no país e suas influências na formação da educação superior, como os acordos MEC-USAID, da OEA, do Banco Mundial, do Banco Interamericano de Desenvolvimento, da União Pan-Americana entre outros. Nestes projetos, o que está em jogo não é uma revolução da educação superior, mas formas de extração econômica e cultural a caminho de um desenvolvimento cada vez mais dependente.

No começo da década de 1960 a discussão sobre a reestruturação da universidade viria à tona como demanda social e apelo por uma reforma educacional que viria a pensar a universidade e seus problemas históricos. As discussões sobre a reforma universitária democrática versavam sobre assuntos como os investimentos em educação pelo Estado, a reformulação da graduação, a articulação entre ensino e pesquisa, interdisciplinaridade, financiamento de projetos universitários, as problemáticas interferências estrangeiras no sistema educacional brasileiro aos moldes europeus completamente inadaptados às condições,

e demandas sociais que acabassem, efetivamente, com as diferenças sociais. Era necessário pensar a realidade das universidades brasileiras para nelas construir uma mudança realmente significativa, pois professores e estudantes entendiam que mudar a universidade tinha como pressuposto a transformação da sociedade. No entanto, tal projeto de reforma foi objetivado pelo regime militar muito diferentemente das propostas debatidas nos anos 60 como parte das reformas de base. Além da criação de institutos e cursos, o regime militar trouxe uma nova proposta de reforma universitária no país que seria implantada nas universidades como uma modernização conservadora na educação.

Em 1968, os alunos traziam discussões que iam desde problemas internos, como o regimento, novos currículos e interdisciplinaridade, até a ameaça de implantação das idéias discutidas no acordo MEC-USAID e o relatório Atcon.

O MEC-USAID foi uma série acordos firmados a partir de 1964 entre o MEC e a *United States Agency for International Development (USAID)*. Esses acordos partiam do pressuposto de que a educação era somente um meio para o desenvolvimento econômico e integração nacional. As ajudas “técnica” e financeira viriam a adequar o sistema educacional brasileiro aos interesses do desenvolvimento capitalista internacional. Na gestão dos ministros da Educação Suplicy de Lacerda, Raymundo Moniz de Aragão e Tarso Dutra esses acordos foram analisados e discutidos. Em 30 de junho de 1966 já se apontava a proposta de modernização administrativa na universidade, os tecno-empresários que estavam à frente de tal projeto começavam a pensar a universidade como uma empresa e como ela se adequaria às necessidades econômicas internacionais.

O relatório Atcon, com o desígnio de intervir diretamente na universidade, trouxe o projeto de modernização e tecnocratização, contratado pelo Mec entre 65/68, baseado no modelo norte-americano de universidade privada. Esta foi uma das aplicações da Reforma Universitária proposta pelo governo autoritário.

A proposta de reforma universitária evidenciaria os rumos que os militares queriam imprimir à educação. Mesmo com a oposição de certos professores e estudantes, muitos já afastados da universidade por conta das cassações, aposentadorias e efetivas prisões, era elemento fundamental da dominação burguesa inserir-se no centro formação do pensamento livre e criativo, justamente para afirmar o fim deste livre pensar e afinar a universidade a seu projeto que privilegiaria a “segurança nacional” e a tecnocratização da educação.

Podemos perceber que, no caso da coerção exercida pelo regime militar dentro das universidades, um fato preponderante para o estabelecimento de um dado saber científico, além de estratégias de convencimento por parte do estado ditatorial, também impôs um ideal

de ordem muito bem difundido por certos intelectuais, que se colocaram como arautos do estado de repressão nos meios acadêmicos. Ocupando cargos dirigentes dentro das universidades, estes intelectuais contavam com os aparelhos coercitivos do Estado como mantenedores de uma determinada forma de funcionamento das instituições de ensino, fator fundamental para o entendimento de que as lutas científicas ultrapassaram o reconhecimento científico e autoridade acumulada, transbordando para polêmicas políticas claras que envolvem a luta de classes e os processos de dominação e exploração do estado capitalista. O projeto Atcon e o Relatório da Comissão Meira Mattos aparecem neste contexto como forma de consolidação deste projeto de sociedade que visou à modernização aliada à disciplina dentro das universidades brasileiras.

A reforma universitária criada sob o escudo do decreto nº 477-69 e do AI-5 foi baseada tanto nos acordos do projeto MEC-USAID quanto nos relatórios Atcon e Meira Mattos. Estes acordos e relatórios tinham o claro objetivo de afinar o país às necessidades do desenvolvimento e de adequação ao modelo econômico do capitalismo monopolista, que teria a direção de militares e tecnocratas com um mesmo fundamento: formar uma “modernidade autoritária”.

Além do uso da repressão e da coerção direta, o ideal de racionalidade e tecnocracia viria a permear toda a universidade tanto na “produção de conhecimento” prático e não-reflexivo quanto na administração universitária aos moldes do processo de organização empresarial. Tudo isso mascararia as contradições de uma sociedade capitalista informando um valor universal baseado nos valores aparentemente neutralizados da “Ciência” e, portanto, da competência daqueles que sabem mais e tem direito de dirigir tal processo. Segundo Maria de Lourdes Fávero:

“Tanto no Plano Atcon como no Relatório Meira Mattos, a educação é encarada como fator primordial de desenvolvimento econômico e de integração nacional; atribuem-lhe o papel de modeladora do futuro social, beneficiando a longo prazo a todos. Ela racionalizaria e unificaria a vida social e modernizaria a nação, gerando progresso. A dimensão de classe da educação é anulada e oculta-se a reprodução das relações de classe através da mediação da estrutura ocupacional definida pela escolarização. A educação assume, assim, forte função mistificadora, ideológica.”
(FÁVERO, 1991:18)

Foi na Diretoria do Ensino Superior (DES) do Ministério da Educação e Cultura que se iniciou o estudo de reformulação estrutural da universidade brasileira realizado pelo americano Rudolph Atcon. Tal relatório defenderia a neutralidade política em vista da

racionalidade científica, como forma de pensar a universidade a partir das necessidades sociais do desenvolvimento com segurança. Além destes princípios, o relatório Atcon defende a privatização do ensino, propondo a divisão do custo do ensino entre estudantes e a instituição, em um planejamento que visaria cada vez maior eficiência e produtividade da universidade, como forma de contribuir para o desenvolvimento nacional.

Tudo isso seria legitimado por um discurso de racionalidade científica e organização pela eficiência. Por isso, a figura do “especialista tecnocrata” seria fundamental para especializar diversos setores da universidade e promover até mesmo a diferenciação entre aqueles que pensam a universidade e os que administram e executam os comandos da elite acadêmica, dotada do valor universal da Ciência. Esta tecnocracia viria a pensar a ciência e a organização empresarial como valores inquestionáveis, assim como viria a se relacionar com o autoritarismo de Estado para, em um esforço conjunto, alcançarem uma sociedade perfeita regida por técnicas e ciências eficientes e neutras.

Tais idéias são muito influenciadas pela forma de organização social proposta por Taylor e objetivada pelo fordismo, como um “princípio de gerência científica’ para o alcance de eficiência que, longe de ser um método neutro, se veste de um saber técnico e científico para propagar valores, modos de vida e concepção de mundo de uma classe sendo propagada como um projeto para o “bem de todos”. Segundo Fávero:

“Agradava ao poder o alívio de ir-se desobrigando de financiar a educação, mas não lhe agradava descentralizar o controle político ou jurídico-administrativo da universidade. É sob esta dupla máscara (desobrigação/controlado), que Atcon terá de agir. Um tecnocrata que, proclamando-se neutro e apolítico, tentou auxiliar na adequação das estruturas universitárias à ordem política vigente. (FÁVERO, 1991:29)

O relatório Meira Mattos veio a ser o resultado de uma comissão criada em 1967 que teria como finalidade procurar soluções para as agitações estudantis. A movimentação estudantil entre os anos de 1964-1968 viria a despertar a atenção do regime militar e procurar formas de compressão das reivindicações e inconformismos estudantis. Esta comissão teria como presidente o Coronel Meira Mattos, membro da Escola Superior de Guerra.

O relatório teve como principal preocupação encontrar mecanismos de controle do movimento estudantil que viam nos estudantes um meio de infiltração das idéias comunistas no país. Para mudar tal situação era necessário reprimir as manifestações estudantis potencialmente subversivas e críticas à ordem e à normalidade “democrática”.

A comissão também tinha a preocupação de pensar formas de controle do Executivo nos meios acadêmicos, alijando da reflexão qualquer princípio de autonomia universitária.

Para isso, propôs o projeto de decreto que permite o presidente da República demitir e nomear reitores e diretores sem nenhuma consulta ao colegiado das universidades. E mais, tomando como diagnóstico o problema da carência de autoridade, coloca nos diretores e reitores toda a responsabilidade no controle da “subversão” entre docentes e discentes de determinada universidade. Estas medidas evidenciariam a intenção de reestruturar a universidade de forma a centralizar o poder nas mãos de dirigentes vinculados ao regime, como forma de manter a ordem e “salvaguardar a democracia”.

Tanto o Plano Atcon quanto o Relatório Meira Mattos seriam formas de infiltração e controle dentro das universidades. Tais documentos não privilegiariam qualquer produção acadêmica, científica e cultural, mas sim a forma de organização eficiente baseada na lógica empresarial de rendimento, burocratizando a administração e criando a separação dos que pensam a universidade e suas políticas e aqueles que a executam, as unidades administrativas. Tudo isso teria como fim último o desenvolvimento econômico e a integração nacional em nome do progresso. Tal atitude aparece como uma “vontade coletiva” falseada, que escamoteia a luta de classes diluindo tudo num ideal de nação e “bem de todos”. A educação, assim, teria a função de mistificar e escamotear os projetos políticos em jogo.

De acordo com Fernandes, a universidade num contexto de capitalismo monopolista viria a perder seu papel de criação, tanto na sua relação com o pensamento inventivo quanto no seu envolvimento com os problemas sociais e dilemas históricos. Surge no lugar um universitário “especialista” e “profissional”, comprometido com a lógica empresarial e tecnocrática. Com isso, “O universitário especializado se tornou o cão de guarda da burguesia e do fortalecimento ideológico da ordem.” (FERNANDES, 1989:82).

Num contexto de discussão sobre a reforma universitária entre os anos de 1967 e 1968, Florestan Fernandes analisou as propostas de reforma universitária em jogo no processo político daquele momento histórico. Para tal, distante de qualquer crença no reformismo proposto pelo regime militar, era necessário pensar a reforma no contexto de disputa política, justamente para denunciar a “fé reformista” sem cair na crença de que haveria a possibilidade de uma atuação social nova vinda de um poder conservador. Mesmo um projeto reformista não seria possível diante do fluxo contra-revolucionário instaurado com o regime militar. O projeto de reforma seria, então, uma ação e reação do poder conservador para conservar sua dominação de classe.

O sociólogo, no entanto, percebe tal atuação na discussão sobre reforma universitária como uma luta política se torna parte da responsabilidade daqueles comprometidos com a transformação:

“é minha convicção que largamos os jovens, estudantes, operários ou intelectuais, uma sobrecarga desumana. Eles se arriscam sozinhos na primeira linha de combate, como se a sociedade nacional não possuísse outros agentes válidos de defesa dos seus interesses centrais e de seus valores coletivos”. (FERNANDES, 1975: 8)

Para Florestan, responder às exigências intelectuais e morais em um contexto tão intolerante e repressor é um desafio e traz uma responsabilidade científica e social frente ao debate sobre os problemas da universidade. Naquele contexto, o sociólogo destacou os três principais problemas que surgem dentro das universidades depois do golpe militar de 1964.

Voltando à discussão sobre a construção da universidade no Brasil, o sociólogo demonstra como as escolas superiores vinham a responder às necessidades econômicas, sociais e culturais das classes dominantes e dirigentes. Com isso, as escolas superiores se tornavam instituições que tinham o papel de afirmação e propagação de uma concepção de mundo e também um instrumento de conservação da ordem dominante. Segundo Florestan, o processo de diferenciação social da sociedade e sua reverberação nas dimensões econômicas, sociais e políticas fizeram com que a homogeneidade das escolas superiores fossem acabando aos poucos, principalmente com a participação política das classes médias na estrutura de poder, fazendo com que a universidade se tornasse gradativamente um espaço de interesses sociais divergentes. A idéia de autonomia universitária aparece neste contexto não somente com o objetivo de independência do pensamento ou isolamento social, ela aparece também num momento de participação política maior, que tornaria as escolas superiores não somente privilégio das grandes famílias da aristocracia dominante, mas também daria espaço cada vez maior às classes médias urbanas.

Para o sociólogo, o projeto de reforma universitária proposto pelo regime militar teria o objetivo de diminuir a participação de outros setores da sociedade dentro das universidades e com isso restabelecer a íntima relação entre escolas superiores e interesses da classe dirigente e dominante. Para objetivar tal controle hegemônico, o projeto de reforma viria a afirmar a tutela exterior na construção da universidade brasileira, vide os acordos MEC-USAID e o relatório Atcon como modelos de universidade americana que seriam aplicados nas universidades brasileiras. Com tal objetivo, o radicalismo intelectual seria enxergado como um perigo social. O fim da autonomia intelectual viria a ser uma opção histórica que ceifou o potencial criativo do conhecimento científico para formar uma mentalidade pragmática, tomista e empresarial de forma a atender às necessidades exteriores de uma industrialização acelerada afinada à ordem capitalista internacional. O universitário, neste contexto, torna-se um perigo à ordem e uma força potencial de reconstrução social. Por isso, a repressão brutal de universitários nos anos de 1968 e 1969. O fim do movimento estudantil

tornou-se o fim do debate de uma reforma universitária democrática e, em certa medida, transformadora. Fez-se necessário formar outro tipo de universitário que receberia uma educação alienada e “ignorante dos dilemas que pesam sobre o país e sobre a sua juventude.”¹(FLORESTAN, 1975: 35)

De acordo com Florestan Fernandes, o Grupo de Trabalho que pensaria a reforma da universidade foi formado em 2 de julho de 1968. Porém, para ele os projetos deste grupo de trabalho, ainda que prepusessem alguns avanços na forma de organização universitária, afinou-se em uma direção burocrática e tecnocrática.

“Apesar das belas frases, que evocam a universidade como “uma vontade e um espírito originários de seu próprio ser” que falam dela como uma “universidade atuante” ou crítica e que reputam ser essencial sua “organicidade de estrutura” o que prevalece, nas sugestões práticas, é uma visão atomizada, instrumentalista e oportunista, de um imediatismo contraproducente. Na verdade, o GT não se preocupou, de fato, com a universidade nem com o problema de como orientar a reforma universitária para chegarmos às suas variantes brasileiras efetivas; a sua focalização reduziu-se, de maneira clara, a certas preocupações centrais, que fazem da “universidade brasileira” mera agência do ensino superior.” (FERNANDES, 1975: 222)

Para o sociólogo, o projeto formulado por tais intelectuais evidenciaria uma reforma no papel que não se objetivou na realidade. Pois, assim como a concepção conservadora da classe dirigente, o GT pensou a transformação universitária a partir dos meios burocráticos, distanciando qualquer concepção de universidade verdadeiramente autônoma, multifuncional, crítica e integrada. Por isso, é de fundamental importância a reflexão de que os dilemas educacionais são forjados em meio à totalidade social, e tais limites a uma reforma universitária democrática aparecem justamente no tipo de sociedade que a engendra. Por isso, para Fernandes, a reforma universitária instaurada pelo regime militar viria a recuperar um novo tipo de privatismo do ensino superior.

“Atrás do aparente caráter técnico do GT, se oculta uma deliberada diretriz política que desemboca em um privatismo típico das nações capitalistas dependentes: um privatismo exaltado.” (FERNANDES, 1975: 230)

A abertura a interesses privados viria a ser objetivada com a inclusão dos chamados “representantes da comunidade” entre os membros dos colegiados das universidades representados por empresários. Além disto, o GT teria uma “recomendação” às universidades: estreitar relações entre professores/pesquisadores e empresas, trabalhando como consultores

¹ FERNANDES, Florestan. *A Universidade: Reforma ou Revolução?*. Op. Cit. p.35.

de empresas privadas e criando, dentro das universidades, centros de integração Universidade-Indústria.

Podemos perceber, assim, que se o Estado se coloca como propagador de uma determinada concepção de mundo que legitima e propaga valores conservadores e autocráticos, a luta por uma universidade comprometida com a integração nacional posta em bases democráticas se faz a partir de resistência a valores de uma determinada classe que afirma seus próprios interesses enquanto classe dirigente, como uma direção nacional.

A conclusão da análise entre projeto de sociedade e projeto de universidade pretende demonstrar que embates políticos não se limitam a conflitos de interesses referentes aos assuntos estritamente universitários, mas se coadunam com lutas políticas referentes à totalidade da realidade social de um determinado tempo histórico. Por isto, pensar a universidade descolada da dimensão total da realidade social faz com que analisemos tais fenômenos como eles aparecem e não a partir das relações que os tornam possíveis.

Seria impossível pensar a autonomia da universidade e de suas disputas políticas próprias. Diferentemente da imposição de uma dada maneira de produzir conhecimento a partir de um acúmulo de legitimidade acadêmica de determinada concepção científica, a imposição partiu diretamente do Estado brasileiro, informando o ensino tanto a partir de disciplinas como o Estudo dos Problemas Brasileiros (EPB) dentro das universidades nos anos de 1968 a 1971, quanto nas modificações na forma de organização e funcionamento das universidades brasileiras objetivadas nos acordos MEC/USAID, Relatório Atcon e Meira Mattos e sua objetivação estruturada em uma reforma universitária consentida.

Bibliografia:

DREIFUSS, René Armand. *1964: A conquista do Estado (Ação política, poder e golpe de classe)*. Petrópolis, Vozes, 1981.

FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. *Da universidade “modernizada” à universidade disciplinada: Atcon e Meira Mattos*. São Paulo, Cortez, Autores Associados, 1991.

FERNANDES, Florestan. *A Ditadura em Questão*, São Paulo, T. A. Queiroz Editor, 1982.

_____. *A Revolução Burguesa no Brasil. Ensaio de Interpretação Sociológica*, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1975.

_____. *A Universidade: Reforma ou Revolução?*, São Paulo, Editora Alfa-Ômega, 1975; 2a. edição, 1979.

_____. *Brasil: Em Compasso de Espera*, São Paulo, Editora Hucitec, 1980.

_____. *Desafio Educacional*, São Paulo, Cortez Editora, 1989.

MARX, Karl. Introdução à Crítica da Economia Política In Para a Crítica da Economia Política. São Paulo, Coleção os Pensadores - Abril Cultural, 2000.